



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPER N.º 33

**A parceria estratégica EUA – Índia:
O pós-atlantismo no sistema de estados e na comunidade de
democracias¹**

Henrique Raposo, IPRI-UNL

«The Bush administration has been farsighted on this issue. With China rising and Europe and Japan declining, it sees India as a natural partner».

Fareed Zakaria²

«The Pacific and the Indian Oceans, not the Atlantic, will be the most important theaters of world politics to come».

Walter Russell Mead³

Considerações iniciais

Procuramos aqui responder a duas questões que são devedoras do realismo neoclássico:

- a) O que explica a crescente proximidade estratégica entre EUA e Índia?
- b) Esta parceria indicia alguma mudança de fundo no sistema inter-estatal? Como ler um sistema de estados onde Washington se aproxima das grandes democracias asiáticas?

A comunicação é constituída por quatro fases distintas: (1) ponto de partida estrutural e estratégico; (2) breve perfil político da Índia; (3) análise da *strategic partnership* entre Nova Deli e Washington (onde procuramos responder à primeira questão); (4) descrição do conceito *Pós-Atlantismo* (a resposta à segunda questão).

Terminamos com breves considerações finais.

I. Ponto de partida (*Estrutura e Estratégia*)

Vivemos um fenómeno económico sem precedentes: EUA, Europa e Japão crescem, mas China, Índia, Brasil e demais economias em desenvolvimento crescem a um ritmo superior⁴. O crescimento de 7,2% das economias em desenvolvimento permite dizer que «there is a kind of an autonomous process going on in the developing countries»⁵. Os *eventos* dramáticos e televisionados (Israel-Palestina, Iraque, Líbano, Irão, Venezuela e Coreia do Norte) podem ocupar o espaço mediático, mas é este lento *processo* de ascensão económica não-ocidental que está a mudar radicalmente a face do sistema de estados. Em 2005, este processo atravessou o Rubicão: as economias em desenvolvimento (sobretudo asiáticas) passaram a produzir mais de 50% do *output* mundial. E é bom recordar que a emergência asiática é um regresso ao passado: até ao século XIX, a Índia e a China detinham as maiores economias mundiais⁶.

Segundo a *Goldman Sachs*, em meados deste século, apenas os EUA e o Japão continuarão a pertencer ao grupo das sete maiores economias; a Índia será a terceira maior economia do mundo, atrás dos EUA e da China; os *BRIC* (Brasil, Rússia, Índia e China) substituirão a França, Itália, Alemanha e o Reino Unido no topo da economia mundial⁷. Hoje, as quatro economias mais poderosas em PIB PPP já não são europeias (EUA, China, Japão e Índia). Em termos de PIB nominal, a China ultrapassou a Grã-Bretanha, a França e a Itália (e está quase a retirar o estatuto de terceira economia mundial à Alemanha). Mais: a China ultrapassou os EUA enquanto principal fornecedor mundial de ICT. No passado, europeus, japoneses e americanos detinham o monopólio sobre os produtos de valor acrescentado devido à sua superioridade tecnológica; esse monopólio foi quebrado por chineses e indianos⁸. O monopólio ocidental sobre os fluxos de capital também foi quebrado (facto visível na recente crise financeira); o mesmo se passa no mercado petrolífero⁹.

Esta nova *realidade estrutural* tem consequências ao nível da *percepção estratégica* dos EUA. Como salientou Henry Kissinger:

«For all their importance, the regional crises – Iraq, North Korea – are dwarfed by the fundamental transfer of power within the international system»¹⁰.

Por outras palavras, dentro do sistema inter-estatal, há um desvio no centro de gravidade do Atlântico para o Pacífico, e isso significa que, para os EUA, as grandes questões estratégicas são as seguintes: (1) cooperação ou confronto com Pequim?¹¹; (2) como gerir o *regresso* do Japão com a emergência da Índia e da China¹²?; (3) como coordenar a relação China – Índia no sentido de evitar «misperception, misunderstanding, or miscalculation»¹³ entre os dois gigantes asiáticos? Neste sentido, a maior movimentação estratégica tem sido, sem dúvida, a crescente aproximação entre EUA e Índia.

Os EUA são detentores da maior economia mundial; a Índia é a 4.^a economia mundial em PPP e a 12.^a em termos absolutos. Os EUA continuam a ser a super-potência militar indiscutível; a Índia (uma potência nuclear) é a terceira potência militar com cerca de 1,3 milhões de soldados (EUA – 1,5; China – 2,5). A Índia é a segunda nação mais populosa do mundo (a caminho de ultrapassar a China); os EUA ocupam o terceiro lugar na escala demográfica. Os EUA são a maior democracia do Ocidente; a Índia é a maior democracia do mundo. Quando dois gigantes como EUA e Índia, tão significativos em termos de *poder estrutural* e *identidade normativa*, executam uma inédita aproximação estratégica, então, estamos perante um facto de primeira grandeza na política internacional. Contudo, este facto tem sido desprezado no mundo ocidental, sobretudo na Europa. Como salienta Ashutosh Sheshabalaya, a Índia é a grande omissão das percepções europeias¹⁴. E, nos EUA, o interesse político e estratégico pela Índia é um fenómeno recentíssimo. Ainda nos anos 90, Donald Kagan e Henry Kissinger projectavam um século XXI com os cinco suspeitos do costume: EUA, Alemanha/Europa, Japão, China e Rússia¹⁵. Hoje percebe-se que a Índia é um inesperado sexto passageiro que vem alterar estes cálculos. O acordo nuclear EUA – Índia é o dado que *oficializa* o ingresso de Nova Deli no clube dos *Grandes Poderes*¹⁶. Ao reconhecer o programa nuclear indiano, os EUA permitem a entrada da Índia no clube que pertencia, em exclusivo, aos vencedores da II Guerra (China, França, Inglaterra, Rússia e EUA). Não há sinal político mais importante do que este.

II. Índia: uma Democracia Liberal e não um “BRIC”

A performance económica domina os livros e os artigos sobre a Índia. Não seguimos essa abordagem económica; recusamos esta tendência para discutir a Índia no enquadramento *BRIC*. A emergência económica da Índia é uma evidência empírica. É apenas um ponto de partida e não o ponto de chegada para quem analisa. O papel do cientista político é analisar a questão *para lá* dessa evidência estrutural/económica. E, desde logo, devemos dizer que *BRIC* é um conceito apolítico; um conceito exclusivamente económico que deturpa a autonomia da política, pois apenas usa a variável económica/estrutural. De forma errónea, *BRIC* engloba vários *estados* com *regimes* políticos distintos (dois regimes autoritários - Rússia e China - e dois regimes democráticos e liberais - Brasil e Índia).

É como *democracia liberal*, e não como *BRIC*, que a Índia actua no sistema inter-estatal. Coloquemos, então, a política no centro da análise política:

«Politics – rather than just economic and material capabilities which are stressed by economic and business analysts – are crucial to India’s power prospects»¹⁷.

Antes de ser uma economia com um PIB em ascensão faraónica, a Índia é um Estado com um determinado regime: Nova Deli é a capital da maior democracia liberal do mundo. E os dados desta identidade política – democrática e liberal - são tão poderosos empiricamente como os dados da emergência económica¹⁸. A identidade normativa da Índia moderna está umbilicalmente ligada à democracia e à Constituição liberal/secular¹⁹. A Índia tem uma identidade política idêntica à de qualquer democracia do espaço Norte-Atlântico.

III. EUA – Índia: de estranhos a aliados informais

A posição oficial dos EUA não podia ser mais clara: Washington pretende auxiliar a Índia a transformar-se num grande poder do século XXI (*ao lado* dos EUA, bem entendido); Washington vê na Índia um «rising global power and partner, one whose interests converge in important respects with those of the United States»²⁰. Esta posição representa uma transformação diplomática sem precedentes²¹; há uma mudança de 180° na perspectiva americana sobre a Índia (e vice-versa). Durante a Guerra-Fria, a Índia foi líder do Movimento dos Não-Alinhados/*Bandung*²² que tendia

a aproximar-se da URSS. Durante os anos 90, Washington encarou a Índia enquanto cenário de dois problemas de segurança: a proliferação nuclear e a questão de Caxemira. Ou seja, EUA e Índia foram, durante décadas, «estranged democracies»²³. Mas, já no final dos anos 90, Clinton e Vajpayee fizeram o degelo²⁴. Agora, Bush e Singh transformaram o degelo numa efectiva parceria. Neste momento, os americanos vêem a Índia como uma peça *activa* (ao lado dos EUA) e não como fonte *passiva* de problemas. Em 2006, em Nova Deli, Bush e Singh selaram a parceria com algo que não deixa dúvidas:

«The successful transformation of the US-India relationship will have a decisive and positive influence on the future international system»²⁵.

Um ano antes, durante a visita de Singh a Washington, a parceria teve o seu baptismo de fogo: os EUA aceitaram como legítimo o programa nuclear indiano²⁶. Actualmente, o nível de proximidade entre EUA e Índia apresenta muitas características de aliança formal²⁷. Os exercícios militares conjuntos multiplicam-se; as forças americanas trabalham com as forças indianas num grau de proximidade que estava reservado para os aliados da NATO²⁸ (exercícios EUA-Índia e no âmbito do *QUAD* – EUA, Índia, Japão e Austrália). Não estamos perante uma *aliança formal*. Mas estamos perante uma aliança *de facto*²⁹. A realidade empírica diz-nos que a Índia é, neste momento, um «informal ally»³⁰ dos EUA. Aliás, os responsáveis americanos afirmam constantemente que Índia e EUA são *aliados naturais*³¹; e Nova Deli responde no mesmo tom: «the security convergence between two major democratic powers like the US and India is a natural one»³². Resta uma pergunta: Porquê? Por que razão é tão natural esta aproximação?

Para os EUA, a Índia é o aliado natural perante a ascensão da China³³. A Índia não é encarada dentro da narrativa *guerra ao terror*, mas sim num contexto com objectivos estratégicos a longo prazo³⁴, ou seja, dentro da equação chinesa. Em Washington, a fórmula *Paquistão – Índia* (do tempo da Guerra-Fria e pós-Guerra-Fria) deu lugar à fórmula *China – Índia*³⁵. A Índia, enquanto parceira dos EUA, é essencial para que a emergência chinesa ocorra sem excessos revisionistas (questão estratégica *tout court*). Depois, ao nível do mercado global, a Índia é um factor de estabilização económica e política de uma região que representa um quarto do comércio dos EUA³⁶ (questão económica). Portanto, quer nos cálculos estratégicos (tendo em conta o hipotético desafio chinês à hegemonia americana), quer nos cálculos económicos (tendo em conta

que a globalização é cada vez mais asiática), a Índia tornou-se numa prioridade em Washington.

Por que razão a Índia começou a perspectivar os EUA de maneira diferente? Existem importantes relações económicas e culturais (ex.: as universidades americanas são a meta preferencial dos alunos indianos; poderosa diáspora indiana nos EUA), mas o ponto essencial está relacionado com a percepção que a Índia tem da China: Nova Deli encara Pequim como o seu principal problema estratégico, logo, faz todo o sentido o aprofundamento da relação Washington-Nova Deli³⁷.

Em relação à Índia, a China tem conduzido uma estratégia simultânea de laços comerciais e contenção geopolítica, isto é, enquanto estabelece laços económicos com a Índia, reforça a ligação política e estratégica com o arqui-rival da Índia, o Paquistão. A China pretende expandir a auto-estrada Karakoram (que liga a China à costa paquistanesa) e já construiu um porto de águas profundas em Gwadar; Pequim também já tem acordos navais com a Birmânia e o Sri Lanka, no flanco oriental da Índia. Através desta estratégia *string of pearls* (Birmânia, Sri Lanka, Paquistão), a China pretende cercar a Índia, afirmando-se como indiscutível senhora da Ásia. Esta pressão chinesa produziu uma contra-resposta indiana. Nova Deli iniciou a *Look East Policy*: intensificação das relações com os vizinhos chineses do Pacífico. Os indianos estabeleceram novos laços de segurança com o Japão, Vietname e Taiwan e reforçaram laços já existentes com a Austrália e Nova Zelândia³⁸. A parceria com Washington é a conclusão lógica desta *Look East Policy*: sem o apoio de Washington «India is at risk of being boxed by Beijing's containment strategy»³⁹.

Ao aproximar-se dos EUA, Nova Deli altera a sua posição tradicional. Durante a Guerra-Fria, a política externa indiana foi marcada por uma retórica idealista, na linha do excepcionalismo moral indiano cunhado por Nehru: «a new star rises, a star of freedom in the East, a new hope comes into being»⁴⁰. E esta estrela indiana, segundo Nehru, deveria manter a sua pureza e recusar contactos com o exterior. A Índia nehruniana apresentava uma política externa marcada por uma dogmática autonomia estratégica (não-alinhamento), uma retórica idealista anti-poder e tendia a encarar o mundo como palco de ameaças e não como um cenário de oportunidades⁴¹. A partir dos anos 90, uma nova geração fez a sua aparição em Nova Deli, e a perspectiva indiana do sistema começou a mudar. Esta mudança geracional foi acompanhada pela subida ao poder, pela primeira vez, da direita nacionalista (BJP, em 1998). O governo de Atal Bihari Vajpayee trouxe uma abordagem realista que rasgou, em definitivo, com o idealismo nehruniano⁴². Se a Índia do passado recusava, *por princípio*, o armamento nuclear, a nova Índia recusa, *por princípio*, o exclusivo nuclear dos cinco grandes

(China, Rússia, França, Reino Unido, EUA) e exige ter acesso ao armamento nuclear⁴³. Os indianos, hoje, assumem que a força é uma realidade inultrapassável do sistema e que a retórica idealista não é substituto à altura do rápido crescimento económico⁴⁴. Como salienta o reputado analista indiano, C. Raja Mohan, a Índia está a assimilar a lição n.º 1 da política internacional: «the centrality of power»⁴⁵. E este ponto é essencial para percebermos a mudança de perspectiva indiana sobre os EUA. Vejamos porquê.

O desenvolvimento económico gerado pelo capitalismo, ao contrário do que prega o optimismo liberal do *fim de história*, não cria harmonia entre os Estados. Cria, isso sim, *Poder* para cada um dos Estados. E esse Poder reforça a capacidade de Estado *X* ou *Y* para actuar no sistema inter-estatal. A globalização, ao invés do que dizem liberais⁴⁶ e marxistas⁴⁷ ocidentais, não está a retirar poder aos Estados⁴⁸. Pelo contrário. O Estado indiano, por exemplo, nunca possuiu tanto poder como hoje (interna e externamente)⁴⁹. Por outras palavras, o socialismo gerou fraqueza estrutural e descrença na Índia; o capitalismo (que surgiu depois das reformas de 1991) gera poder e confiança. A visão clássica nehruniana (não-alinhamento) estava baseada na presunção de fraqueza. Hoje - e essa é a novidade - começa a haver uma presunção de força. E com a força acaba-se o luxo do não-alinhamento. A velha Índia via-se como vítima de uma ordem internacional que não controlava. A nova Índia está a desenvolver a mentalidade de uma potência com o poder para alterar a ordem internacional em seu benefício⁵⁰ e, por isso, já não vê Washington como um obstáculo à sua consumação enquanto potência regional e global.

Mas esta mudança de perspectiva sobre a América não se prende apenas com a questão do *poder*. Também houve uma alteração de fundo ao nível da *identidade* externa da Índia. Apesar de ser uma democracia desde a fundação moderna (1947), a Índia nunca colocou a democracia no centro na sua política externa. O seu idealismo não estava ligado à liberdade e à democracia, mas sim à solidariedade entre os povos colonizados. Hoje - e esta é a mudança - a Índia está a substituir a identidade terceiro-mundista por uma identidade liberal; Nova Deli já não é líder do espírito de Bandung⁵¹. Singh é o primeiro PM indiano a sublinhar a relevância da sociedade aberta indiana para o mundo. Um exemplo desta mudança é a «US-India Global Democracy Initiative»⁵². Esta iniciativa representa uma demarcação em relação à tradicional divisão *Norte - Sul* (divisão económica e pós-colonial do mundo) que sempre caracterizou a posição não-alinhada indiana, e marca uma aposta na divisão do mundo por regimes políticos (democracias vs. autoritarismos). No contexto da diplomacia indiana, esta iniciativa é revolucionária. A nova Índia assenta a sua identidade no liberalismo económico (defesa da globalização) e no liberalismo político (defesa da democracia liberal como único regime legítimo). Para Singh, *a ideia de Índia*

«is the idea of an inclusive, open, multi-cultural, multi-ethnic, multi-linguistic society. I believe that this is the dominant trend of the political evolution of all societies in the 21st century. Therefore, we have an obligation to history and mankind to show that pluralism works. India must show that democracy can deliver development and empower the marginalized. Liberal democracy is the natural order of political organization in today's world. All alternative systems, authoritarian and majoritarian in varying degrees, are an aberration»⁵³.

Este discurso poderia ter saído da pena de Bush ou Blair. Singh não só identifica a Índia com a democracia liberal (política interna) como afirma que a Índia é essencial para o triunfo da democracia liberal no mundo (política externa). E nesta nova percepção política (em torno da variável *regime*), Washington – enquanto democracia liberal – passa a ser encarada como potencial parceira democrática-liberal e não como potência imperial do Norte. No que diz respeito à economia, Singh afirma que a integração da Índia na globalização e na economia americana é um dado fundamental para a prosperidade do povo indiano⁵⁴. No passado, a Índia socialista recusaria qualquer integração com os EUA.

Em suma, (1) imperativos estratégicos (isto é, a China) e (2) a partilha da identidade liberal são as causas que determinam a crescente intimidade estratégica entre Nova Deli e Washington.

IV. Pós-Atlantismo

A Índia é uma prioridade em Washington. Nova Deli consumirá grande parte do capital político-diplomático dos EUA. Condoleezza Rice salienta precisamente o capital estratégico que os EUA empregaram na Índia quando aceitaram o programa nuclear indiano:

«Looking back decades from now, we will recognize this moment as the time when America invested the strategic capital needed to recast its relationship with India»⁵⁵.

Estamos perante uma mudança de fundo na política externa americana e, consequentemente, na política internacional. Os EUA precisam de aliados asiáticos para *gerir* a emergência chinesa e a globalização de tons asiáticos. Precisam do

regresso do Japão. Mas – e este é um ponto central – precisam de aliados *além* dos tradicionais aliados de 1945-49 (europeus e japoneses). Neste sentido, os indianos já são tão importantes como os europeus e os japoneses no mapa de parcerias americano. Isto é evidente no discurso e *praxis* política, bem como na comunidade de especialistas/académicos. Richard Burns (ex-subsecretário para assuntos políticos no State Department), um homem essencial nesta parceria, é taxativo: «India will be one of two or three most important partners in the world»⁵⁶. O influente analista Thomas Donnelly também não tem dúvidas: a Índia «can stand with Great Britain and Japan as America's closest great-power partners in the front ranks of the free world»⁵⁷. Estas declarações apontam para uma parceria que, por ser tão revolucionária, é ainda descrita como «inimaginável»⁵⁸.

Esta parceria *inimaginável* indicia duas mudanças de fundo na política internacional. A parceria Índia – EUA (tal como a renovada aliança entre Japão e EUA⁵⁹) é uma *lente* que nos permite *percepcionar* as duas características de um novo paradigma: o Pós-Atlantismo.

(1) Pós-Atlantismo ao nível da variável “Poder”: um sistema de estados pós-Atlântico.

Esta não é uma comunicação sobre o esmagamento do Ocidente pelo Oriente. Depois da supremacia do Ocidente sobre o Oriente (séculos XIX e XX), o século XXI não será a Era da supremacia total dos asiáticos sobre os ocidentais. A situação é um pouco mais complexa. Este é uma comunicação sobre o equilíbrio (inédito nos últimos dois séculos) entre a Ásia e o Atlântico Norte. Como salientou John Darwin, a «grande divergência» ao nível do poder económico entre o espaço euro-atlântico e os poderes asiáticos está a dar lugar a uma «grande convergência»⁶⁰ que restaurará o antigo equilíbrio entre ocidentais e asiáticos que existiu até, *grosso modo*, 1750. Mais: faz cada vez menos sentido pensar em termos de *Oriente vs. Ocidente*. Porque os EUA são o epicentro quer do Oriente (através da sua dimensão transpacífica; costa Oeste), quer do Ocidente (através da sua dimensão transatlântica; costa Leste). Washington é tão oriental (Pacífico) como ocidental (Atlântico). Ou seja, o mundo transpacífico e o mundo transatlântico são interligados pelo seu elemento comum: os EUA.

Esta é, portanto, uma comunicação sobre o equilíbrio entre o espaço transatlântico e o espaço transpacífico. E este equilíbrio já é a grande novidade (em termos de poder) do sistema de estados contemporâneo. Pela primeira vez desde o século XVIII, existe uma miríade de vários actores políticos não-ocidentais com poder para impor a sua vontade. Por exemplo, «never before in history have all three of these powers [Japão, China e Índia] been strong at the same time»⁶¹. Singh, Fukuda e Jintao têm tanto ou mais poder

do que Brown, Merkel ou Sarkozy. Ao longo dos últimos séculos, os asiáticos foram um *objecto* passivo do poder ocidental e não um *sujeito* activo. Hoje, os Estados asiáticos recuperaram o estatuto de *sujeito/actor* e a capacidade de iniciativa⁶². Isto é significativo por duas razões: **(1)** ao nível *sistémico/estrutural*, a simples presença desta China e desta Índia diminuem *per se* o poder relativo de europeus e mesmo dos EUA na correlação de forças global. Há um declínio relativo do espaço euro-atlântico. **(2)** Ao nível da *perspectiva americana*, a força dos estados asiáticos obriga os EUA a secundarizar a importância dos estados europeus. Quer no sistema (facto empírico mensurável), quer na percepção de Washington, os estados europeus perdem poder e status.

Em suma, vivemos num sistema de estados pós-Atlântico. *Pós-Atlântico* no seguinte sentido: o que antes era exclusivamente atlântico e de raiz europeia (os Grandes Poderes do sistema) é hoje uma realidade global. O Atlântico perdeu a sua velha centralidade em termos de poder. O mundo transatlântico ainda não foi anulado pelo Pacífico, mas já perdeu a centralidade absoluta. Por isso, não falamos em *Sistema centrado no Pacífico*, mas sim em *Sistema pós-Atlântico*.

(2) Pós-Atlantismo na variável "Identidade": uma comunidade de democracias pós-atlântica.

Além do sistema pós-atlântico (que remete para a variável *Poder*), existe uma segunda novidade, talvez ainda mais marcante (que remete para a variável *Identidade*). Outrora um (quase) monopólio do Atlântico Norte, o regime constitucional (democracia liberal) que detém a legitimidade desta ordem internacional é hoje uma realidade plural e global. Índia, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Brasil, África do Sul, Israel, eis democracias liberais fora da esfera do Atlântico Norte. No início do século XXI, americanos e europeus são obrigados a partilhar a legitimidade que advém da democracia liberal. Ou seja, além de ter perdido a centralidade em termos de poder, o Atlântico Norte também perdeu o monopólio da legitimidade normativa.

O que é realmente inédito no início do século XXI é este conjunto de democracias liberais consolidadas em espaços não-atlânticos, sendo a Índia o símbolo máximo dessa realidade. Pensar numa comunidade de democracias em 1949 significava pensar apenas no Atlântico Norte. Hoje, semelhante exercício implica alargar o leque geográfico a fim de incluir países como o Brasil, Japão ou Índia. Hoje, a comunidade de democracias, tal como o sistema de estados, é pós-atlântica. Potências emergentes sempre existiram e, como já salientámos, a emergência dos asiáticos é apenas o *regresso* à normalidade histórica. O que nunca existiu, o que não tem precedente

histórico é esta partilha do mesmo regime político – democracia liberal – entre Estados do Atlântico e Estados do Pacífico e Índico. Neste sentido, mais do que um desafio ao nível da variável poder/economia, a Índia representa uma ruptura epistemológica ao nível da variável identidade/legitimidade. A Índia tem *poder*, mas também tem *legitimidade*. Como salienta Sunil Khilnani,

«India's place in the world will ultimately depend on something more than economic growth: its ability to nurture internal diversity and pluralism through the structures of liberal constitutional democracy. From the first, economics, stems power; from the stems legitimacy»⁶³

A Índia tem tanta legitimidade democrática e liberal como qualquer democracia ocidental. A reviravolta de 180° que a Índia provoca no olhar que lançamos sobre a política internacional não advém da emergência material; advém, isso sim, da constatação de que «o mundo ocidental não tem qualquer direito de propriedade sobre as ideias democráticas»⁶⁴.

Singh, num discurso típico da confiança que anima políticos e intelectuais indianos, afirma que «there is no doubt that the 21st is going to be an Indian century»⁶⁵. Não sabemos se a Índia será ou não a potência hegemónica no final do século XXI. Mas sabemos uma coisa: no início do século XXI, a Índia já nos obriga a alterar radicalmente as nossas perspectivas analíticas. Sentimos essa mudança de perspectiva quando olhamos para o sistema com a *lente* do poder. E sentimos uma alteração ainda maior quando usamos a *lente* da identidade/legitimidade. Estamos num mundo pós-atlântico, quer em termos de poder estrutural, quer em termos de identidade normativa. Ainda não é um mundo transpacífico (não há ainda a centralidade transpacífica), mas é, com certeza, um mundo pós-atlântico (sem a centralidade atlântica e europeia). Há dez anos, Kissinger e Kagan nem sequer consideravam a Índia como um Grande Poder. Hoje, não só somos obrigados a considerar a Índia como um dos cinco grandes poderes (num imaginário concerto à escala global)⁶⁶, como também somos forçados a colocar a Índia como membro de pleno direito de uma liga de democracias global⁶⁷. Porque, de facto, é insuficiente dizer que a Índia é um poder emergente. A Índia é, isso sim, «a rising democratic power»⁶⁸. Um Grande Poder que é também uma Democracia Liberal. Lee Kwan Yew afirmou que China e Índia «will shake the world»⁶⁹. Certo. Mas agitam o mundo de maneira diferente. A China agita *apenas* o equilíbrio de poder do sistema de estados e a correlação de forças da economia mundial (pós-atlantismo ao nível do poder; sistema de estados pós-

atlântico). A Índia, além de agitar as questões de poder, agita a composição da comunidade de democracias, o cerne da identidade ocidental (pós-atlantismo ao nível da identidade liberal/legitimidade; comunidade de democracias pós-atlântica).

Se a Índia não pode acompanhar a performance económica da China, pode, no entanto, fazer valer a sua *identidade/legitimidade* política a fim de reforçar laços estratégicos com os EUA⁷⁰ e demais democracias asiáticas (Japão, Austrália, etc.). Ao invés de Pequim, Nova Deli encara Washington como um potenciador do poder indiano no sistema⁷¹. Washington é um *filtro* que amplifica o poder indiano (tal como amplifica o poder europeu desde 1949). E Washington faz questão que Nova Deli *filtre* o seu poder através da parceria EUA-Índia. Para os EUA, a Índia é um aliado democrático tão importante como França ou Reino Unido. Ou seja, para a Europa, este Pós-Atlantismo identitário representa duas novidades: **(1)** as democracias europeias são obrigadas a partilhar a virtude democrática com democracias não-ocidentais (questão de facto) e, em simultâneo, **(2)** estas democracias europeias perdem o estatuto de aliados especiais dos EUA (questão ao nível da percepção americana). A Europa já não é o aliado democrático dos EUA. A Europa é *um dos* aliados democráticos dos EUA.

Considerações finais

O que explica a crescente proximidade estratégica entre EUA e Índia? A nossa resposta bifurcou-se: ao nível do Poder, a preocupação com a China é partilhada por Washington e Nova Deli; ao nível da Identidade, os dois Estados partilham o apreço pelo liberalismo político e pelo liberalismo económico. Esta partilha de identidade facilita a negociação dos interesses estratégicos comuns. A Índia seria sempre alvo do charme diplomático dos EUA, mas o facto de a Índia ser uma democracia facilita e acelera a intimidade estratégica entre os dois países.

Como ler um sistema de estados onde Washington se aproxima das grandes democracias asiáticas? Argumentámos aqui que a maneira correcta de ler a política internacional contemporânea é através da lente do Pós-Atlantismo.

O termo *Pós-Atlantismo* já foi usado por Justin Vaisse⁷². Este autor afirma que as novas relações transatlânticas são marcadas por um novo paradigma: «Post-Atlanticism». Vaisse centra-se na ideia de que o fim da URSS e o 9/11 foram factores de ruptura entre EUA e europeus. Vaisse afirma, por exemplo, que no velho sistema transatlântico – com a presença da URSS – nunca a França teria ido tão longe na resistência aos EUA em 2003. A forma como Vaisse utiliza este conceito parece-nos limitada e, acima de tudo, eurocêntrica. O «Post-Atlanticism» de Vaisse fica aquém da realidade. É preciso

expandir o alcance deste conceito. A perda de importância da Aliança Atlântica para EUA e europeus (o *Post-Atlanticism* de Vaisse) torna-se numa questão secundária quando percebemos que o próprio espaço euro-atlântico perdeu a sua velha centralidade estrutural e identitária (o *Pós-Atlantismo* que aqui defendemos). Este novo paradigma está ligado, sobretudo, à emergência das potências asiáticas, quer em termos de poder, quer em termos de identidade liberal. Não há pós-atlantismo apenas na relação entre americanos e europeus (uma questão de escolha estratégica consciente de americanos e europeus). Há pós-atlantismo no sistema de estados; há pós-atlantismo na comunidade de democracias. E este pós-atlantismo estrutural e identitário não depende de qualquer escolha, vontade ou acção dos ocidentais, pois é o resultado da acção de estados não-ocidentais. Por outras palavras, o pós-atlantismo existe não por *inércia* ocidental (secundarização da NATO), mas por *acção* asiática (emergência estrutural de, por exemplo, China e Índia; capacidade para manter legitimidade democrática e liberal de, por exemplo, Japão e Índia). O pós-atlantismo não se deve à ausência da URSS, mas sim à presença da China, Índia, Brasil, etc.

Em suma, é 1979 (data que simboliza a ascensão económica chinesa), e não 1989, que está a provocar o pós-atlantismo. É 1947 (data que simboliza a instauração da democracia constitucional na Índia), e não 1989, que está a provocar o pós-atlantismo.

¹ Comunicação baseada no artigo: Henrique Raposo, «Parceria Estratégica EUA – Índia: Poder e Identidade no Sistema Inter-Estatal Pós-Atlântico», in *Nação e Defesa*, 117 (Verão 2007), pp. 91-122.

² Fareed Zakaria, “Nixon to China, Bush to India”, in *Newsweek*, 147, 9 (27 February 2006).

³ Walter Russell Mead, “AI Symposium – The Sources of American Power”, in *American Interest*, 1, 1 (Outono 2005), p. 32

⁴ Cf. Fareed Zakaria, “International Commerce is the True Battleground”, in *Newsweek*, November 27, 2006.

⁵ “Launch of 2007 World Development Indicators”, Washington, The World Bank, April 15, 2007.

⁶ Ver Pam Woodall, “The New Titans - a survey of the world economy”, in *The Economist*, September 16th, 2006; “Coming of Age” e “Climbing Back”, *The Economist*, January 19th, 2006.

⁷ Cf. Roopa Purushothaman and Dominic Wilson, “Dreaming with BRICs: the Path to 2050”, Global Economics Paper #99, Goldman Sachs, October 1, 2003; disponível em <http://www2.goldmansachs.com/insight/research/reports/99.pdf>.

⁸ Ver Dan Steinbock, “New Innovation Challengers: the Rise of China and India”, in *The National Interest*, 87 (January/February 2007).

⁹ Ver Zorawar Daulet Singh, “All Options Open to India”, in *Asian Times*, April 20, 2007.

¹⁰ Henry Kissinger, “America’s Assignment”, in *Newsweek*, January 8, 2005.

¹¹ Ver Fareed Zakaria, “Adrift in a Turbulent”, in *Newsweek*, April 24, 2006.

¹² Ver Pang Zhongying, “Debating Delhi – the Dragon and the Elephant”, in *The National Interest*, 89 (May/June 2007), p. 48.

¹³ Jing-Dong Yuan, “The Dragon and the Elephant: Chinese-Indian Relations in the 21st Century”, in *The Washington Quarterly*, 30, 3 (Summer 2007), p. 140.

-
- ¹⁴ Ver Ashutosh Sheshabalaya, *Made in India*, Lisboa, Centro Atlântico, 2006.
- ¹⁵ Ver Donald Kagan, *Sobre as Origens da Guerra e a Preservação da Paz*, vol 2, Lisboa, Temas da Actualidade, 1995, p. 334; Henry Kissinger, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 2002 [1994], pp. 702-731.
- ¹⁶ O termo *Grande Poder* é retirado dos estudos clássicos de historiador A.J.P. Taylor. *Grande Poder* é aquele que tem a capacidade de lançar uma guerra sobre outro *Grande Poder*. Ver, por exemplo, A.J.P. Taylor, *The Struggle for Mastery of Europe, 1848-1918*, Oxford, Oxford University Press, 1977 [1954].
- ¹⁷ Dinshaw Mistry, “A Theoretical and Empirical Assessment of India as an Emerging Power”, in *India Review*, 3, 1 (January 2004), p. 81.
- ¹⁸ Ver descrição detalhada deste perfil político em Henrique Raposo, «Parceria Estratégica EUA – Índia: Poder e Identidade no Sistema Inter-Estatal Pós-Atlântico», in *Nação e Defesa*, 117 (Verão 2007), pp. 101-104.
- ¹⁹ Para uma descrição histórica da Índia enquanto democracia liberal, ver Ramachandra Guha, *India after Gandhi – the History of the World's Largest Democracy*, New York, HarperCollins, 2007; Ramachandra Guha, “Democracy’s Biggest Gamble”, in *World Policy Journal*, 19, 1 (Spring 2002), pp. 95-103. Para uma celebração normativa da democracia indiana, ver Mira Kamdar, *Planet India, the Turbulent Rise of the World's Largest Democracy*, London, Simon & Schuster, 2007; Rajeev Bhargava, “Words saves Lives : India, the BJP, and the Constitution”, *openDemocracy*, October 2, 2002; Ainslie T. Embree, “Why It’s so Important to Know About India”, Foreign Policy Research Institute, *Footnotes*, vol. 11, n.º 3 (June 2006).
- ²⁰ “The US and India: a Growing Strategic Partnership”, Bureau of Public Affairs, Washington DC, February 27, 2006.
- ²¹ Ashley J. Tellis, “Indo-US Relations Headed for a Grand Transformation?”, in *YaleGlobal*, 14 July, 2005.
- ²² Para uma breve e recente sùmula do “espírito de Bandung”, ver Hee-Yeon Cho and Kuan-Hsing Chen, “Editorial introduction: Bandung/Third Worldism”, in *Inter-Asia Cultural Studies*, 6, 4 (2005), pp. 473-475.
- ²³ A metáfora “estranged democracies” foi cunhada por Dennis Klux. Ver, por exemplo, Dennis Kux, “India’s Fine Balance”, in *Foreign Affairs*, 81, 3 (May/June 2003), pp. 93-106.
- ²⁴ Ver Gautam Adhikari, “India and America: Estranged no more”, in *Current History*, 103, 672 (April 2004).
- ²⁵ “US-India Joint Statement”, Office of the Press Secretary, New Delhi, March 2, 2006.
- ²⁶ Para uma análise ao acordo nuclear, ver Henrique Raposo, “O Século da Índia”, in *Newsletter 9*, IDN, Fevereiro de 2006.
- ²⁷ Evan S. Medeiros, “Strategic Hedging and the future of Asia-Pacific Stability”, in *The Washington Quarterly*, 29, 1 (Winter 2005-06), p. 150.
- ²⁸ Martin Walker, “India’s Path to Greatness”, in *Wilson Quarterly*, 30, 3 (Summer 2006).
- ²⁹ Ver descrição detalhada da *strategic partnership* entre EUA e Índia em K. Alan Kronstadt, “India-U.S. Relations”, CRS Issue Brief for Congress, April 6, 2006; disponível em www.fas.org.
- ³⁰ Ashton B. Carter, “America’s New Strategic Partner?”, in *Foreign Affairs*, 85, 4 (July/August 2006), p. 41.
- ³¹ Convém frisar que esta perspectiva sobre a Índia vai continuar depois do consulado de Bush. A Índia é um ponto de consenso entre as elites republicanas/conservadoras e democratas/liberais. A forma como o Senado aprovou o acordo nuclear (88-12) é disso o exemplo cabal. Ver Bruce Riedel, “US-Indian Relations: a New Agenda for a New Era”, Center of the Advanced Study of India at the University of Pennsylvania, April 19, 2007; ver também “President Bush’s Trip to South Asia: Challenges and Opportunities”, A Brookings Institution Policy Briefing, February 23, 2006.
- ³² “Indo-Relations: an Agenda for the Future – Foreign Secretary Mr. Shyam Saran’s Adress to the Heritage Foundation”, Ministry of External Affairs, March 3, 2006; disponível em <http://meaindia.nic.in>.
- ³³ Ver Robert D. Blackwill, “The India Imperative”, *The National Interest*, 80 (Summer 2005), pp. 9-17; Ashley J. Tellis, “India as a New Global Power – Action Agenda for the United States”, Carnegie Endowment for International Peace, 2005. Stephen P. Cohen, “India Rising”, in *Washington Quarterly*, 24, 3 (Summer 2000).
- ³⁴ Ver antecipação/recomendação desta mudança de paradigma em C. Raja Mohan, “A Paradigm Shift Toward South-Asia?”, in *The Washington Quarterly*, 26, 1 (Winter 2002/2003), pp. 141-155; Lloyd Richardson, “Now, Play the India Card”, in *Policy Review*, 115 (October/November 2002).
- ³⁵ Edward Luce, *Apesar dos Deuses*, Lisboa, Bizâncio, 2007, pp. 255-256.

-
- ³⁶ Ver Lisa Curtis, "India's Expanding Role in Asia: Adapting to Rising Power Status", *Backgrounders* #2008, Heritage Foundation, February 20, 2007.
- ³⁷ Ver Mohammed Ayoob, "India Matters", in *The Washington Quarterly*, 23, 1 (Winter 2000), pp. 27-39; Ashton B. Carter, "America's New Strategic Partner?", pp. 33-36.
- ³⁸ Ver John W. Garver, "The Security Dilemma in Sino-Indian Relations", in *India Review*, 1, 4 (October 2002), pp. 1-38.
- ³⁹ Christopher Griffin, "Containment with Chinese Characteristics: Beijing Hedges against the Rise of India", AEI, *Asian Outlook*, 3 (September 2006).
- ⁴⁰ Nehru, "The Noble Mansion of Free India", in Brian MacArthur (ed.), *The Penguin Book of the Twentieth-Century Speeches*, London, Penguin, 1999, p. 239.
- ⁴¹ Ver James Chiriyankandath, "Realigning India: Indian Foreign Policy after the Cold-War", in *The Round Table*, 93, 374 (April 2004).
- ⁴² Ver Atal Bihari Vajpayee, "We have show them that we mean business", in *India Today*, May 25, 1998.
- ⁴³ Ver Jaswant Singh, "Against Nuclear Apartheid", in *Foreign Affairs*, 77, 5 (September/October 1998).
- ⁴⁴ Ver Sumit Ganguly, "India's Foreign Policy Grows up", in *World Policy Journal*, 20, 4 (Winter 2003-04), pp. 41-47.
- ⁴⁵ C. Raja Mohan, "Big Deal. Big Heat?", in *The Indian Express*, July 24, 2007.
- ⁴⁶ Joseph Nye, *The Paradox of American Power*, New York, Oxford University Press, 2002.
- ⁴⁷ Antonio Negri e Michael Hardt, *Império*, Lisboa, Livros do Brasil, 2004 [2000].
- ⁴⁸ Ver Martin Wolf, "Will the Nation-State Survive Globalization?", in *Foreign Affairs*, January/February 2001, pp. 178-190.
- ⁴⁹ Ver Baldev Raj Nayar, "Globalization and India's National Autonomy", in *Commonwealth & Comparative Politics*, 41, 2 (July 2003), pp.1-3; Baldev Raj Nayar, "India's Globalization: Evaluating the Economic Consequences", Washington, *Policy Studies* #22, East – West Center, 2006.
- ⁵⁰ Ver C. Raja Mohan, "Hypocrisy is an N-letter word", in *Indian Express*, July 2, 2007.
- ⁵¹ Ver C. Raja Mohan, "Balancing Interests and Values: India's Struggle with Democracy Promotion", in *The Washington Quarterly*, 30, 3 (Summer 2007), pp. 99-115; "Happy ending?", *The Economist*, March 17, 2005, p. 59.
- ⁵² "US-India Global Democracy Initiative", US Department of State, Washington DC, July 18, 2005.
- ⁵³ "PM's Speech at India Today Conclave", New Delhi, February 25, 2005; disponível em <http://pmindia.nic.in>.
- ⁵⁴ Ver Manmohan Singh, "Russell C. Leffingwell Lecture with Manmohan Singh", Council on Foreign Relations, New York, September 24, 2004.
- ⁵⁵ Condoleezza Rice, "Our Opportunity with India", in *Washington Post*, March 13, 2006, A15.
- ⁵⁶ Nicholas Burns, "US-India Relations in the Global Context", Remarks at the Carnegie Endowment for International Peace, Washington DC, February 22, 2007.
- ⁵⁷ Thomas Donnelly and Melissa Wisner, "A Global Partnership between - The U.S. and India", American Enterprise Institute, Asian Outlook, September 7, 2005, pp. 4 e 6.
- ⁵⁸ Cf. Annpurna Nautiyal, "Current Trends in India-US Relations: Hopes for a Secure Future", in *Strategic Insights*, V, 4 (April 2006).
- ⁵⁹ Ver Henrique Raposo, "O Regresso do Japão: o mundo Trans-Pacífico eclipsa o mundo Trans-Atlântico?", IPRI, *Occasional Paper* 12, Outubro de 2006; http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/pdf/HR_Japao_111006.pdf
- ⁶⁰ John Darwin, *After Tamerlane*, London, Allen Lane, 2007, p. 504.
- ⁶¹ Brahma Chellaney, "Japan-India partnership: key to bolstering stability in Asia", in *The Japan Times*, December 14, 2007.
- ⁶² Ashley J. Tellis, "Smoke, Fire, and What to Do in Asia", in *Policy Review*, 100, (April/March 2000).
- ⁶³ Sunil Khilnani, "India as a Bridging Power", in *India as a New Global Leader*, London, The Foreign Policy Centre, 2005, p. 12.
- ⁶⁴ Amartya Sen, *Identidade e Violência*, Lisboa, Tinta-da-china, 2007, p. 89.

⁶⁵ Ver “PM’s inaugural speech at Pravasi Bharatiya”, Mumbai, January 7, 2005.

⁶⁶ Ver Richard Haass, *Opportunity, America’s Moment to Alter History Course*, New York, PublicAffairs, 2005.

⁶⁷ Ver Ivo Daalder & James Lindsay, “Democracies of the World, Unite”, in *American Interest*, 2, 3 (January-February 2007); John Ikenberry and Anne-Marie Slaughter, Princeton Project on National Security, *Forging a World Under Liberty and Law: US National Security in the 21st Century* (September 2006), p. 26

⁶⁸ Condoleezza Rice, “Our Opportunity with India”, in *Washington Post*, March 13, 2006, A15.

⁶⁹ Cf. Kaushik Basu, “Lee Kwan Yew’s India Rethink”, BBC World News, April, 25, 2005.

⁷⁰ Ver Dinshaw Mistry, “A theoretical and Empirical Assessment of India as an Emerging World Power”, pp. 64-87.

⁷¹ Ver Stephen P. Cohen, “President George W. Bush’s Visit to India and Pakistan”, The Brookings Institution, February 23, 2006.

⁷² Justin Vaisse, “From Transatlanticism to Post-Atlanticism”, Brookings Institution – Center on the United States and France, July 9, 2003; http://www.brookings.edu/opinions/2003/0709france_vaisse.aspx